Bolsas
Na sexta-feira
1,25% São Paulo
0,55% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
119.076 — 118.898
4/7 5/7 6/7 7/7

Dólar
Na sexta-feira
R$ 4,866
(- 1,3%)

Últimos	
3/julho	4,808
4/julho	4,840
5/julho	4,850
6/julho	4,930

Salário mínimo
R$ 1.320

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,337

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,59%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61
Maio/2023	0,23

REFORMA TRIBUTÁRIA

"Avanço positivo", dizem empresários

Maioria dos setores econômicos, com destaque para a indústria, ressalta a importância do novo sistema de impostos para aumentar a eficiência e a competitividade da economia. Mas comércio e serviços reclamam de aumento da carga fiscal

» VICTOR CORREIA

Ayrton Vignola/Fiesp



O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva (C), ao lado dos deputados Aguinaldo Ribeiro e Reginaldo Lopes: "Batalha de décadas"

> **Vamos ter no Brasil, enfim, um sistema tributário moderno e que deixará de ser um estorvo caro no dia a dia de quem paga seus impostos, não importa quem seja"**
>
> ***Robson Braga de Andrade,*** *presidente da CNI*

Entidades que representam setores econômicos reagiram ontem à aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, durante a madrugada desta sexta-feira. Para grande parte do empresariado, a medida trouxe avanços positivos, embora não tenha agradado a todo mundo. Setores que se sentiam prejudicados, como o agronegócio, reconheceram que o texto final aprovado incluiu suas demandas. O objetivo das associações agora é manter as conquistas e buscar novas vitórias com a discussão da matéria do Senado Federal, cuja votação deve ocorrer até novembro.

A indústria, que deve ser bastante beneficiada pela simplificação dos tributos, foi um dos setores mais ativos durante as discussões, e apoiou integralmente o texto, que teve como relator o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e foi discutido por um grupo e trabalho coordenado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). "Essa proposta traz um conjunto de virtudes que, uma vez em vigor, serão benéficas para todos os setores econômicos e para os brasileiros em geral. Vamos ter no Brasil, enfim, um sistema tributário moderno e que deixará de ser um estorvo caro no dia a dia de quem paga seus impostos, não importa quem seja", comentou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CI), Robson Braga de Andrade, em nota enviada à imprensa.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, a aprovação da reforma vai desatar os nós que amarram o progresso e o bem-estar social do país. "Foi uma batalha de décadas, que perpassou várias legislaturas e governos", lembrou, destacando a maioria expressiva de deputados que deram aval ao texto básico da proposta.

Em coletiva, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Mário de Lima Leite, destacou que é difícil aprovar uma reforma desse tipo em um governo democrático, e comentou sobre a reta final conturbada das negociações. "O não anúncio estava passando a ideia equivocada de que as coisas não estavam acontecendo", disse. "Acreditamos, sim, em aumento de investimentos, em previsibilidade, em amadurecimento do país. Estamos, de forma geral, celebrando a aprovação", acrescentou Leite.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), enfatizou os efeitos das mudanças sobretudo no setor industrial. A reforma, ressaltou "é o primeiro passo para o fim do manicômio tributário", como o atual sistema de impostos costuma ser classificado. Segundo ele, as mudanças são fundamentais para que a economia ganhe eficiência e competitividade.

Outro que celebrou a aprovação da reforma foi o setor bancário, representado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O presidente da entidade, Isaac Sidney, cumprimentou o trabalho do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e da equipe econômica do governo, especialmente o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"O pior cenário seria ficarmos presos na falta de consenso, na busca de uma reforma ideal, e deixar o assunto se arrastar ainda mais por meses e anos a fio", argumentou Sidney. "A Febraban permanece aberta a participar e contribuir para os passos seguintes deste debate", acrescentou.

Discordâncias

Alguns setores, porém, demonstraram preocupação com a reforma desde o início. Um deles foi o do agronegócio, que dispõe atualmente de uma série de benefícios fiscais que fomentam sua produção. Dados preliminares da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) estimavam um aumento de até 875% na tributação sobre a agricultura e de 783% sobre a pecuária.

Ontem, porém, a CNA reconheceu as conquistas da bancada ruralista, a maior do Congresso Nacional. Para a entidade, os textos iniciais "traziam grandes prejuízos ao agro, com reflexos à sociedade", e o relatório inicial do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), embora tenha apresentado melhoras, ainda era bastante negativo para o agro. "Depois de longa negociação, os parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) conseguiram avanços significativos em todos os itens endereçados pelo setor. A CNA reconhece e parabeniza o trabalho da FPA, e ressalta que seguirá atuando no Senado para manter os avanços obtidos na Câmara", declarou a Confederação.

Algumas ramificações do comércio, que também deve sofrer aumento na carga tributária, reconheceram conquistas durante a reta final de negociações. Para o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o setor corria o risco de um aumento de 100% na tributação até acordo costurado às vésperas da votação. O texto aprovado, contudo, contém alíquota diferenciada para bares e restaurantes.

"Foi uma vitória importante, e vale destacar o trabalho do deputado Domingos Sávio (PL-MG), que lidera a Frente de Comércio e Serviços, do deputado Luiz Gastão (PSD-CE), do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que coordenou o grupo da reforma, com o apoio do ministro Fernando Haddad. É uma vitória que nos permite respirar, com a certeza de que o texto está mais de acordo com a importância do nosso setor para o país", disse o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio SP), porém, se posicionou contra a aprovação. Segundo a entidade, a reforma não resolve "o principal dilema" e mantém a oneração sobre o setor do comércio e serviços. As alterações feitas pelos parlamentares, portanto, foram insuficientes.

"A Federação e os sindicatos filiados seguem atuando no Senado Federal, mais do que nunca contrários a qualquer proposta que possa aumentar a carga tributária e favoráveis a uma reforma que avance em direção à simplificação, à modernização e à desburocratização do sistema tributário brasileiro", anunciou a entidade.

Petrobras/Divulgação



Plataforma na Bacia de Campos: proposta permite que estados criem tributo sobre petróleo e minérios

Brecha para novo imposto

Apesar de elogiarem a reforma tributária, os setores de mineração e petróleo e gás criticaram, ontem, a possibilidade de os governos estaduais criarem tributos sobre produtos primários produzidos em seus territórios, prevista no artigo 20 do texto aprovado pela Câmara. Para do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, o dispositivo, incluído na proposta em emenda aglutinativa, "é desastroso para o setor produtivo e às exportações".

A preocupação do Ibram, que representa companhias como Vale, CSN e Gerdau, entre outras é compartilhada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). "Ponto importante de preocupação é a possibilidade de estados e o Distrito Federal instituírem a cobrança de uma contribuição sobre produtos primários, produzidos em seus territórios, o que poderá afetar a competitividade e a atratividade de investimentos no setor de óleo e gás", afirma nota divulgada pelo IBP.

Tributação elevada

"A indústria de óleo e gás já possui uma alta carga tributária — em torno de 70% —, além de ser uma grande arrecadadora de impostos e tributos. Somente entre 2010 e 2021, foram pagos R$ 2,13 trilhões em participações governamentais pelo setor, que atualmente representa cerca de 15% do PIB industrial", informou a entidade que representa o setor de óleo e gás no Brasil.

Para o IBP, entretanto, a aprovação do novo sistema de impostos na Câmara é "um marco importante e transformador que trará racionalidade fiscal e competitividade para a economia, a partir da simplificação do sistema tributário, possibilitando a atração de investimentos para o país".

Na nota, o IBP ainda demonstra preocupações em relação a outros itens da proposta. A entidade defende, por exemplo, a manutenção do Repetro, regime aduaneiro especial de importação e exportação do setor. "O Repetro não é uma desoneração, mas um regime que permitiu o avanço do segmento de exploração e produção de petróleo e gás no país", diz o comunicado.

O texto aprovado na Câmara ainda pode ser alterado no Senado.